

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Navio afretado pela Vale sofre avaria no Maranhão.....	2
Título: Destaques	3
Título: Contrato entre Pemex e Braskem Idesa é revisto	4
Título: PetroRio pode elevar produção com alíquota de royalties reduzida no campo de Polvo.....	6
Título: Coronavírus derruba preço do minério e Brent.....	7
Título: Curtas	8
Título: Exportadores de metais da AL sentirão mais a crise chinesa	8
Título: União reabre disputa judicial de R\$ 20 bi com usinas e destilarias.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Navio que leva minério da Vale corre risco de naufrágio no MA	12
Título: Empresas aéreas e de commodities perdem R\$ 129,8 bi.....	13
Título: » Pressão.	14
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Produtor de petróleo quer bloco do AM em edital de exploração	15
Título: Navio contratado pela Vale pode naufragar no MA.....	16
VEÍCULO: O Globo.....	17
Título: Navio contratado pela Vale pode afundar no Maranhão	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/02/2020****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Alessandra Saraiva — Do Rio****Título: Navio afretado pela Vale sofre avaria no Maranhão****Navio afretado pela Vale com carregamento de minério de ferro destinado à China sofre avaria depois de deixar porto em São Luís (MA)**

A Vale confirmou ontem que o navio MV Stellar Banner, afretado pela mineradora, sofreu avaria na proa depois de deixar o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, pertencente à empresa em São Luís (MA), na noite de segunda-feira. A embarcação se encontrava fora do canal de acesso ao porto e o terminal segue operando normalmente, sem interrupções nos embarques, segundo a companhia.

Com bandeira das Ilhas Marshall, o MV Stellar Banner foi construído em 2016 e pertence ao armador sul-coreano Polaris, responsável pela operação. A embarcação deixou o porto na noite segunda-feira carregada de minério de ferro com destino a Qingdao, na China, onde chegaria em 5 de abril. No mercado havia preocupações ontem com eventuais danos ambientais. A Marinha do Brasil informou que um rebocador com material para conter possíveis danos ambientais foi enviado pela Vale ao local para prevenir “futuras possibilidades de vazamento”.

Com 340 metros de comprimento e 55 metros de largura, o MV Stellar Banner é um graneleiro de grande porte, conhecido pela sigla VLOCs (“Very Large Ore Carriers”). A Vale possui contratos de afretamento de longo prazo com armadores asiáticos, como a Polaris, para utilizar esse tipo de navio, que tem capacidade de até 400 mil toneladas de porte bruto.

Os contratos de afretamento de longo prazo com armadores passaram a fazer parte da estratégia da Vale depois que a empresa mudou, há alguns anos, a forma de operar no transporte marítimo. A mineradora vendeu a frota própria e optou por alugar navios para garantir capacidade de transporte e se proteger da volatilidade dos preços dos fretes, sem incorrer em custos relativos à construção, propriedade e operação das embarcações. Em 2018, a Vale concluiu negociações de contratos de afretamento de longo prazo com armadores para empregar 47 novos VLOCs com capacidade de 325 mil toneladas de porte bruto.

As embarcações seriam construídas na China, Coreia do Sul e Japão, com entregas entre 2019 e 2023.

Em nota ontem, a Vale informou ter recebido informações segundo as quais, por medida de precaução, os 20 tripulantes do navio foram “evacuados” e que o comandante da embarcação adotou manobra de encalhe a cerca de 100 quilômetros da costa de São Luís. “Como operadora portuária, a Vale está atuando com suporte técnico-operacional, com o envio de rebocadores, e colaborando com as autoridades marítimas.” Também em nota, a Marinha disse ter tomado conhecimento dos problemas com o Stellar Banner na manhã de terça-feira via agente marítimo.

O problema ocorreu nas proximidades da boia nº 1, no canal da Baía de São Marcos, a 32 milhas náuticas do Farol de Santana, disse a Marinha. O incidente ocorreu na segunda, por volta das 21h30. “Foram identificados dois vazamentos avante da embarcação. No momento, o navio encontra-se encalhado.” Quatro rebocadores foram deslocados para apoio. A Marinha instaurou inquérito administrativo para apurar causas, circunstâncias e responsabilidades.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	27/02/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Privatização da Celg GT

A Companhia Celg de Participações (Celgpar) recebeu do governo de Goiás, seu controlador, a determinação para contratar empresa ou consórcio de empresas para elaborar estudos e posterior assessoria para alienar a sua participação na controlada Celg Geração e Transmissão (Celg GT). A empresa está desde o ano passado sendo preparada para privatização. Ela lançou uma chamada pública para formar parcerias para desenvolver novos projetos ou adquirir ativos já existentes no setor elétrico, visando criar valor e aumentar a rentabilidade. Com 33,7 megawatts (MW) de capacidade instalada de geração, a Celg GT tem atuação mais forte no segmento de transmissão, com 755,5 quilômetros de linhas em 230 quiloVolts (kV) e 12 subestações.

Lucro da Iberdrola

A empresa espanhola de energia Iberdrola, controladora da Neoenergia no Brasil, teve aumento de 13% no lucro líquido de 2019 na comparação com 2018,

para € 3,41 bilhões. A companhia destacou o forte desempenho do Brasil na divisão de redes, que reúne os ativos de distribuição de energia. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) no país nesse segmento cresceu 32,5%, para R\$ 5,45 bilhões, correspondente a 23% do Ebitda de toda a divisão. Segundo a Iberdrola, revisões tarifárias, crescente contribuição dos ativos de transporte, melhora de eficiência e aumento de 4% da demanda impulsionaram os resultados no Brasil. O país respondeu por 6% do Ebitda de € 2,39 bilhões da divisão global de energias renováveis, que recuou 60% em relação a 2018. Neste caso, o Ebitda das operações brasileiras da divisão de renováveis caiu 1% a R\$ 551,6 milhões devido à menor produção de energia eólica, que foi apenas parcialmente compensada pela nova capacidade de operação da hidroelétrica Baixo Iguaçu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Contrato entre Pemex e Braskem Idesa é revisto

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, tem interesse em cancelar o contrato de fornecimento de matéria-prima para a petroquímica controlada pela Braskem

O contrato de fornecimento de etano entre a estatal de petróleo e gás Pemex e a Braskem Idesa, produtora de polietileno controlada pela Braskem, está sendo reavaliado pelo governo. Em encontro com jornalistas, o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, disse ontem que o acordo poderá ser cancelado caso se identifique meio legal para tanto, segundo agências internacionais.

A notícia vem em um momento em que a Braskem Idesa avança na busca de suprimento alternativo de matéria-prima e negocia, com a própria Pemex, soluções para os problemas de fornecimento enfrentados praticamente desde o início das operações, em abril de 2016. O complexo mexicano recebeu US\$ 5,2 bilhões em investimentos e é o maior empreendimento da brasileira fora do país.

Há três semanas, a Braskem Idesa comunicou que recebeu a primeira carga de etano importado dos EUA, complementando o volume de matéria-prima necessário à operação em taxas mais próximas à capacidade nominal, de 1,05 milhão de toneladas/ano. Mediante investimento de US\$ 4 milhões, a

petroquímica poderá importar até 12,8 mil barris por dia de etano, por via rodoviária.

Esse volume equivale a 19% da necessidade de matéria-prima e possibilitará à Braskem Idesa finalmente alcançar taxa de operação muito perto de 100% em algum momento de 2020, contra os 75% vistos desde meados de 2017. A ocupação relativamente baixa para uma unidade petroquímica acaba anulando parte da competitividade decorrente dos preços da matéria-prima, que têm o gás natural americano como referência.

Os planos de médio prazo da Braskem Idesa vão além: a petroquímica já está trabalhando em um projeto que permitirá a expansão da capacidade de polietileno em até 20%, a partir da implantação de um terminal de importação de matéria-prima, que pode entrar em operação entre 2021 e 2022.

No início da execução do contrato, firmado em 2010 e com duração de 20 anos, a Pemex conseguiu fornecer o volume de etano acertado. Com a queda da produção doméstica de óleo e gás, porém, o fornecimento passou a ser irregular e, a partir de 2018, a estatal deixou de cumprir o acordo sistematicamente. Além de ter pago multas em favor da petroquímica, a Pemex recorreu à importação de gás para atender os volumes previstos e tem registrado perdas com as operações.

Em nota, a Braskem Idesa informou que o contrato com a Pemex foi firmado dentro da legalidade e as dificuldades existentes se devem à produção insuficiente de etano no México. “Mantemos um diálogo aberto e colaborativo com a Pemex e as autoridades para encontrar soluções, respeitando as bases desse investimento tão relevante para o México”, disse.

Há um componente político na relação entre Pemex e Braskem Idesa. Antes mesmo do início de sua gestão, López Obrador já fazia forte críticas contra a corrupção e tinha a Odebrecht, controladora da Braskem, como um dos alvos recorrentes. O grupo brasileiro admitiu ter pago propina no México, para a execução de obras, mas a Braskem Idesa - a Idesa, sócia da Braskem, é uma empresa privada mexicana - e a própria Odebrecht sempre negaram ilegalidade no contrato de etano com a Pemex.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 27/02/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho — Do Rio****Título: PetroRio pode elevar produção com alíquota de royalties reduzida no campo de Polvo**

A redução da alíquota dos royalties para o projeto de revitalização do campo de Polvo, na Bacia de Campos, abre espaço para que a PetroRio aumente a capacidade de investimentos no ativo, num momento em que a empresa se esforça para estancar o declínio natural do campo. O diretor de relações com investidores da petroleira, George Kassab, disse que a terceira fase do plano de revitalização de Polvo, em curso, deve contar com a perfuração de mais um poço neste ano e que a intenção é manter os investimentos na área.

No ano passado, Polvo produziu 8,4 mil barris diários, em média, queda de 2,3% em relação a 2018, mesmo com o investimento da PetroRio em tecnologias para recuperar a produção do campo. Os esforços da petroleira se voltam para tentar alongar a vida útil do campo e quem sabe, a depender dos resultados das novas campanhas de perfuração, até mesmo aumentar os volumes produzidos.

“Com a redução dos royalties, nossos investimentos em Polvo ganham força”, afirma Kassab, em referência à aprovação, por parte da diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da redução da alíquota de royalties sobre a produção incremental que virá do projeto de revitalização em Polvo.

Trata-se da primeira vez que o órgão regulador concede esse benefício, como previsto na Resolução ANP nº 749/2018. A alíquota será reduzida de 10% para 5% sobre todo o volume extra que a companhia conseguir produzir, em relação à curva de declínio natural do campo, com os novos investimentos. Segundo a ANP, o fim da produção de Polvo, que estava previsto originalmente para dezembro de 2020, foi estendido para 2030. A agência estima que, com a extensão de sua vida útil, a concessão gere arrecadação de cerca de R\$ 300 milhões em royalties até 2030.

Essa vida útil, aliás, pode ser ainda mais longa. Isso porque a PetroRio anunciou este ano a aquisição de um campo vizinho, Tubarão Martelo, da Dommo Energia, e tem planos de interligar os ativos numa só plataforma, o que permitiria, com a sinergia, estender a vida econômica dos campos até 2035.

Kassab conta que a terceira fase do plano de revitalização de Polvo já está em curso e que o primeiro poço perfurado, no reservatório Ipanema, apresentou viscosidade acima do esperado. A expectativa é que, com a redução da alíquota

de royalties, no entanto, a empresa tenha capacidade maior para investir em tecnologias para reduzir a viscosidade desse óleo. Além disso, a companhia contempla ainda um segundo poço neste ano.

O diretor jurídico, regulatório e de gestão da PetroRio, Emiliano Gomes, diz que a redução da alíquota permite aumentar a economicidade do projeto, mas também representa aumento da arrecadação de royalties, em termos absolutos, a partir da extensão da vida útil do campo. “É uma iniciativa importante para empresas como nós que atuamos no nicho de recuperação de campos maduros.”

A redução dos royalties abre perspectivas para o alongamento da vida útil de outros ativos da empresa, como os campos de Frade e Tubarão Martelo. “O regulamento da ANP tem critérios para enquadramento [na resolução], como reservas, tempo de produção. Ainda não concluímos a análise desses outros ativos, mas se eles se enquadrarem, vamos pedir”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Coronavírus derruba preço do minério e Brent

As commodities minerais não resistiram à disseminação do Covid-19 fora da China

As commodities minerais não resistiram à disseminação do novo coronavírus (Covid-19) fora da China e acumularam desvalorização de até 8,7% nesta semana, embora houvesse fatores de sustentação dos preços no curto prazo.

O minério de ferro acentuou ontem a trajetória de queda vista desde segunda-feira, diante da percepção de que a doença terá impactos na economia mundial. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, a tonelada do minério com 62% de pureza de ferro encerrou o dia com baixa de 3,01%, para US\$ 88,10 a tonelada. Com a desvalorização de 4,5% nesta semana, a commodity reduziu a 3,7% os ganhos acumulados em fevereiro. No ano, a baixa é de 4,4%.

O temor com a disseminação da epidemia mais do que compensou, nos últimos dias, a redução da oferta de minério a partir do Brasil e da Austrália por questões climáticas e se somou à avaliação de que, no médio e longo prazos, a demanda vai se enfraquecer.

Importante fornecedora da matéria-prima do aço para a China, a Rio Tinto alertou que, embora suas entregas ainda não tenham sido afetadas, haverá impacto da epidemia especialmente na “cadeia de suprimentos”.

No mercado de petróleo, o crescimento menor do que o esperado dos estoques nos EUA na semana passada deu breve fôlego aos preços, que voltaram a cair e fecharam com baixa de 2,76%, a US\$ 53,43 o barril do Brent. Desde o início da semana, a queda chega a 8,7%.

Em relatório da semana passada, o UBS informou que cortou as projeções para o petróleo em 2020 de US\$ 63,50 para US\$ 60 o barril, mas manteve os US\$ 70 por barril no longo prazo. O banco projeta queda dramática na atividade econômica chinesa no primeiro trimestre por causa do coronavírus, com impacto na demanda de óleo, e uma resposta rápida da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), com cortes na produção em março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2020

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

STF e royalties no Rio

O Supremo derrubou dispositivos de lei do Rio de Janeiro que disciplinam a fiscalização das compensações e das participações financeiras decorrentes da exploração de petróleo e gás natural por concessionários e permissionários. Para o STF, a lei viola a Constituição em diversos pontos, principalmente por versar sobre temas que são de competência da União. O primeiro deles se refere à autorização da arrecadação e do lançamento das obrigações principais referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Em segundo lugar, a obrigação de que as empresas recolham aos cofres fluminenses os valores relativos às participações ou compensações financeiras pela exploração de recursos minerais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2020

Seção: Internacional

Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo

Título: Exportadores de metais da AL sentirão mais a crise chinesa

Apesar de haver apenas um caso de coronavírus confirmado na América Latina, a região deve sofrer com o contágio econômico da epidemia. Isso porque a desaceleração da economia chinesa por conta da doença deve prejudicar as exportações latino-americanas para a China. Países que exportam principalmente metais devem sofrer mais, devido à forte queda esperada no setor produtivo chinês. Aqueles que exportam também itens agrícolas devem ser menos atingidos, frente à expectativa de redução apenas moderada do consumo na segunda maior economia do mundo.

Além de queda em volume das exportações latino-americanas para a China, economistas preveem prejuízos também com a queda dos preços de commodities industriais, com disruptura nas cadeias globais de produção e com a maior volatilidade nos mercados.

“A atividade econômica na China está paralisada, com cidades desertas e fábricas sem produzir. Isso significará desaceleração importante no primeiro trimestre, com a economia se recuperando apenas na segunda metade do ano”, afirma Ernesto Revilla, economista-chefe para América Latina do banco Citi. O banco rebaixou sua projeção de crescimento de 5,9% para 3,6% para o primeiro trimestre na China, e de 5,8% para 5,3% neste ano. Revilla afirma que, à medida que a economia chinesa desacelera, a demanda por cobre, minério de ferro, petróleo e soja diminui. “A queda é generalizada, mas mais concentrada nos insumos industriais”, argumenta.

A consequência direta disso é uma queda nos preços das commodities. No que vai do ano, o preço da soja caiu 6,65%, e o de minério de ferro, 4,4%. O do cobre, por sua vez, teve queda de 8% no período, e o do alumínio, 6,83%. O preço do petróleo tipo Brent diminuiu 16,9% desde o início do ano.

“Nesse sentido, aqueles que mais sofreriam são Chile, Brasil e Peru, países que têm a China como principal parceiro comercial”, diz Pedro Barros, pesquisador do Ipea. Citando estatísticas de comércio da ONU, Barros lembra que 33,5% das exportações do Chile foram para a China em 2018. No caso do Brasil, foram 28%. No Peru, 27,64%.

O Chile é o principal exportador de cobre, e a China responde por mais de 50% da demanda global. Dentre os principais produtos que o Brasil envia para a China estão minério de ferro e soja. O Peru exporta zinco e chumbo. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 13% das exportações da América Latina foram para a China em 2018. Do total importado pelos países da região, 19% vieram da China.

“A China é o segundo principal parceiro comercial da América Latina, atrás somente dos Estados Unidos”, afirma Keiji Inoue, da divisão de comércio

exterior e integração da Cepal. Ele lembra que, em 2018, as exportações da região para a China chegaram a US\$ 130 bilhões, sendo a América do Sul responsável por 90% desse total.

Hoje mais de 80% das exportações latino-americanas para a China são commodities, sendo 23% cobre e derivados do metal. Outros 22% são soja, 15%, petróleo e derivados, e 9%, minério de ferro. “Com a desaceleração chinesa, a demanda por esses cinco produtos cairá.”

Os países exportadores dessas commodities estão sofrendo um duplo choque, diz Inoue. A epidemia coincide com a implementação da primeira fase do acordo comercial EUA-China. Pelo acordo, a China deve comprar menos da América Latina e mais dos EUA.

Além da queda das exportações e dos preços das commodities, um outro ponto de preocupação da desaceleração da China para a região é o impacto nas cadeias de produção. Nesse ponto, o México seria o mais prejudicado, já que importa insumos chineses para sua indústria, como a automotiva.

Pesquisa do Bank of America Merrill Lynch’s mostra que investidores se preocupam com a América Latina. O total que teme crescimento mais lento e menor demanda por commodities na China subiu de 12%, em janeiro, para 56% neste mês. O novo cenário fez o Citi revisar estimativas de crescimento neste ano para o Brasil, de 2,2% para 2%. Revilla não descarta fazer o mesmo em relação a outros países, à medida que surjam mais dados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 27/02/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon — De Brasília

Título: União reabre disputa judicial de R\$ 20 bi com usinas e destilarias

A Advocacia-Geral da União (AGU) iniciou uma ofensiva para reduzir - ou até eliminar - um enorme passivo com usinas e destilarias, com base em decisão do Superior Tribunal da Justiça (STJ). Em apenas sete ações rescisórias, o órgão discute pagamentos determinados pelo Judiciário que somam R\$ 20 bilhões.

A estratégia foi adotada porque o STJ definiu que as usinas devem comprovar, por meio de documentos contábeis, os prejuízos obtidos com a intervenção do governo nos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool nos anos 90. A AGU também aguarda a palavra do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2015, os

ministros decidiram julgar com repercussão geral o dano e responsabilidade da União pela fixação de preços (ARE 884325).

As ações rescisórias são propostas pela AGU para mudar decisão já finalizada - que transitou em julgado. Só uma das sete responde por quase todo o valor e corre em segredo de justiça.

Na última ajuizada, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região autorizou a suspensão do pagamento de aproximadamente R\$ 130 milhões a uma destilaria que alegava ter sofrido prejuízo entre agosto de 1993 e abril de 1997. “São valores fora da realidade, que não consideram os custos efetivos das usinas para produzir”, diz Alexandre Dantas, chefe da Divisão de Atuação Estratégica da Procuradoria-Regional da União.

Nos processos ajuizados nos anos 90, usinas e destilarias alegaram que os preços fixados pelo governo, por meio do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), não cobriram os custos médios apurados pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e, portanto, teriam sofrido grandes prejuízos.

Judicialmente, as usinas venceram a disputa em 2013. Em repetitivo, a 1ª Seção do STJ reconheceu que as medidas causaram prejuízos. As correções foram limitadas até 1991, quando o sistema de preços foi alterado. O STJ, porém, exigiu a comprovação de danos sofridos, por meio de balanços contábeis, o que abriu um novo campo de batalha. “As empresas precisam comprovar o direito que estão alegando”, afirma Dantas.

Segundo o advogado público, se para obrigações fiscais as empresas têm que guardar documentos por cinco anos, para comprovar o direito nessas ações teriam que ter os arquivos para poder comprovar o que defendem a qualquer momento.

“O que nos preocupa é o uso de uma fórmula para obter os valores de indenização”, diz Dantas. Ele acrescenta que as perícias realizadas nos processos pegavam preços fixados pelo IAA, os custos médios que a FGV apurava e calculava a diferença entre eles multiplicando pelos produtos vendidos no período.

Além das rescisórias, há casos em que a União ainda tenta nos processos em trâmite pedir a apresentação de documentos para saber o efetivo prejuízo sofrido no período. O Departamento de Cálculo e Perícia da AGU tem se especializado no assunto. De acordo com Dantas, está sendo feita uma ofensiva

agora porque, como os casos são antigos, os processos passaram por épocas mais conturbadas na autarquia, com menor quadro de advogados.

“Há casos em que estamos na segunda rescisória”, afirma o advogado Daniel Corrêa Szelbracikowski, do escritório Dias de Souza. O problema, de acordo com ele, não é apresentar as contas já que muitas usinas ainda possuem os documentos, mas a demora para se submeter a outro processo de liquidação para mostrar os mesmos documentos que já foram vistos pelo perito judicial da ação originária. “Tomará, no mínimo, mais 15 anos de debates no Judiciário em ações que já tramitam por 30 anos.”

Para o advogado Marcelo Guaritá, do escritório Peluso, Stupp e Guaritá Advogados, se permanecer o entendimento do STJ, muitas empresas terão dificuldades para apresentar os documentos e obter o ressarcimento. “As empresas estavam acreditando que valeria o estudo da FGV”, diz. “Agora, depois do tempo que passou e com as oscilações que o setor sofreu nos últimos anos, há o risco de as usinas ganharem e não levarem”. O advogado acredita que o STF ainda vai acabar definindo a forma como o dano pode ser quantificado.

De acordo com ele, considerando que o Código de Processo Civil de 2015 ampliou as hipóteses de uso da ação rescisória, AGU e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tentam agora mitigar danos. “A discussão de exclusão do ICMS destacado ou recolhido da base do PIS e da Cofins passa por aí”, afirma, citando a tese bilionária para a União que poderá ser finalizada no dia 1º de abril. “Penso que essa não é a função da rescisória. Ela deveria ser usada em situações muito restritas.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/02/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Navio que leva minério da Vale corre risco de naufrágio no MA

Acidente ocorreu após embarcação com capacidade para 300 mil toneladas de minério ter deixado o Porto de Itaqui

Um grande navio de transporte de minério corre risco de naufrágio no litoral do Maranhão. A informação foi confirmada ao Estadão/Broadcast pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que monitora a situação, e pela mineradora Vale. A embarcação é de propriedade e

operada pela empresa sul-coreana Polaris. Como operadora portuária, a Vale está atuando com suporte técnico- operacional, com o envio de rebocadores, e colaborando com as autoridades marítimas. Segundo o site Marine Traffic, o navio MV Stella Banner, com carregamento de minério da Vale, adernou a cerca de 100 quilômetros do Porto de Itaqui, no Maranhão, de onde saiu, com destino ao Porto de Qingdao, na China, onde era esperado para chegar em 4 de abril.

O navio, com bandeira das Ilhas Marshall, tem 340 metros de comprimento, capacidade para 300 mil toneladas de minério e foi construído em 2016. Por meio de nota, a Vale confirmou ter sido comunicada pelo operador do navio MV Stellar Banner de que a embarcação sofreu uma avaria na proa, após deixar o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). O acidente ocorreu na noite de segunda-feira, já fora do canal de acesso ao porto. Segundo informações da Vale, por medida de precaução, os 20 tripulantes que estavam no navio foram retirados com segurança. Para evitar o naufrágio, o comandante do navio adotou uma manobra de encalhe, a cerca de 100 quilômetros da costa de São Luís. Vazamentos. A Marinha confirmou que o navio MV Stella Banner teve dois vazamentos em sua estrutura.

Não foi informado, porém, o que teria vazado no mar, nem a quantidade. “A Marinha instaurou um inquérito administrativo para apurar causas, circunstâncias e responsabilidades do incidente”, informou o Comando do 4.º Distrito Naval da Capitania dos Portos do Maranhão. Uma reunião já foi realizada com a presença de representantes da Vale, da autoridade portuária, do agente marítimo e mais dois membros da empresa Ardent Global. Um rebocador para conter danos ambientais foi enviado pela Vale.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/02/2020

Seção: Economia

Autor: Matheus Piovesana

Título: Empresas aéreas e de commodities perdem R\$ 129,8 bi

Desvalorização do valor de mercado em um único dia é reflexo da rápida propagação do coronavírus pelo mundo

A difusão do coronavírus pelo mundo – e sua chegada ao Brasil – e a reabertura da B3 após dois dias de feriado em que as Bolsas mundiais registraram fortes quedas tiveram forte efeito nos principais papéis do Índice Bovespa. Somados, Petrobrás, Vale e os grandes bancos perderam R\$ 115,356 bilhões em valor de mercado, com a petrolífera sozinha perdendo R\$ 39,262 bilhões. Somando-se às perdas de siderúrgicas, da Suzano e de Gol e Azul, a desvalorização foi de R\$ 129,830 bilhões. Nenhuma ação subiu no Ibovespa. Gustavo Almeida, analista

de ações da Spiti, explicou que, com a perspectiva de impacto do coronavírus sobre o crescimento da China, as empresas exportadoras e ligadas a commodities tendem a seguir com desempenho fraco.

“Papéis de commodities seguem os ciclos de crescimento. Desde 2011, os preços vêm caindo, e vemos um estímulo dos bancos centrais para que a economia volte a crescer. O coronavírus afeta esses papéis diretamente.” Ainda ontem, a Vale informou que o operador do navio MV Stellar Banner, que transportava minério de ferro para a China, comunicou a empresa que a embarcação sofreu avaria na proa e corria risco de naufrágio no litoral do Maranhão. Para Almeida, a informação se somou ao clima negativo do mercado, mas é difícil mensurar os efeitos dela para a empresa. “Vamos pensar em Brumadinho: as ações caíram, mas logo depois começaram a subir.” Ao fim do pregão, a mineradora perdeu R\$ 25,259 bilhões em valor. Bancos.

No setor financeiro, Itaú Unibanco PN caiu 4,99%; Bradesco ON, 7,32% e o papel PN teve queda de 5,38%. Banco do Brasil ON caiu 7,41%; e as Units de Santander Brasil tiveram baixa de 5,73%. As quatro instituições perderam juntas R\$ 50,834 bilhões em valor de mercado. Luis Sales, analista da Guide Investimentos, afirmou que os papéis acompanharam o mau humor do mercado, embora os bancos não sejam diretamente atingidos pelo surto de coronavírus como as empresas que exportam commodities.

Aéreas. Afetado por aqui e em todo o mundo desde o começo do surto de coronavírus, o setor aéreo teve as maiores baixas. Gol PN caiu 14,31% e Azul PN, 13,30%. Filipe Villegas, estrategista da Guide Investimentos, afirmou que uma série de fatores provocados pelos temores com a doença pesam sobre o setor, como a alta do dólar e a possível queda na demanda por viagens. “Olhando as ações globais, as que mais têm sofrido são as do setor aéreo”, afirmou. Gol e Azul perderam ontem R\$ 4,157 bilhões em valor de mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 27/02/2020

Seção: Colunas

Autor: CYNTHIA DECLOEDT, FERNANDA GUIMARÃES, CIRCE BONATELLI E CRISTIANE BARBIERI

Título: » Pressão.

Coluna do Broadcast

Entre os afetados pela aversão ao risco, os bonds com vencimento em 2030 da Petrobrás tiveram queda de 1,8% de sexta-feira, dia 20, até anteontem, dia 25.

Já os bonds da Suzano, que também vencem em 2030, cederam 2,40% e os da Vale, com vencimento em 2026, recuaram 1,2%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Ivan Martínez-Vargas

Título: Produtor de petróleo quer bloco do AM em edital de exploração

Áreas foram retiradas após questionamentos sobre existência de terras indígenas

São Paulo - Produtores de petróleo e gás e políticos têm pressionado a ANP (Agência Nacional do Petróleo) a reincluir blocos exploratórios da bacia do Amazonas no edital da oferta permanente.

A exclusão dos blocos ocorreu após questionamento do MPF (Ministério Público Federal) sobre existência de terras indígenas nas áreas exploratórias. Os defensores da reinclusão argumentam que não existe sobreposição na maioria das áreas retiradas do edital.

Em abril de 2018, a ANP lançou pré-edital de licitação no qual constavam 26 blocos da região, com previsão de investimento mínimo de R\$ 264,47 milhões em oito anos.

As áreas foram retiradas, porém, após manifestação do Ministério Público Federal, em março de 2019, sobre o fato de parte das bacias estar em regiões em que há terras indígenas demarcadas. No documento, a Procuradoria questionava a ausência de manifestação da Funai (Fundação Nacional do Índio).

O Ipaam, órgão do governo do Amazonas responsável pelo licenciamento ambiental, já havia emitido parecer em 2018 em que afirmava que os blocos estavam fora de terras indígenas e assentamentos. O documento é usado por defensores da inclusão dos blocos no edital.

De acordo com a Funai, a Agência Nacional do Petróleo pediu em maio de 2019 que o órgão avaliasse os 26 blocos e indicasse quais deles estariam em terras indígenas, ou apontasse “quaisquer outros aspectos que demandassem adequações para a sua inclusão no processo licitatório”.

A Funai se pronunciou 11 dias após ser procurada pela Folha. Em nota, diz que enviou ofício à ANP em dezembro e que afirma ter identificado “a sobreposição de blocos aos estudos da Terra Indígena Capivara; aos estudos da Terra Indígena Muratuba; parcialmente aos estudos da Terra Indígena Igarapé Paiol; e aos

estudos da Terra Indígena Lago do Barrigudo”, além de 13 reivindicações de terras indígenas.

Para a Abepip (Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás), o ofício da Funai é prova de que 18 das 26 áreas não estão em terras indígenas. A entidade protocolou um pedido para a reinclusão dessas áreas.

“Para nós, é claro que não existem terras indígenas na maioria das áreas retiradas do edital. Se o obstáculo era esse, não existe razão para não reincluí-los. Houve uma audiência pública no dia 5 de fevereiro e ninguém se manifestou contra a inclusão”, afirma Anabal Santos Júnior, secretário-executivo da associação.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) também já pediu à ANP a reinclusão dos blocos. Em requerimento enviado à agência reguladora em dezembro, diz que “o atraso na inclusão dessas áreas trará nada mais do que prejuízo à população amazonense” pela perda de eventuais investimentos privados.

No documento, o congressista pede “que seja considerada a inserção dos blocos exploratórios que já contam com parecer ambiental de órgão competente”. De acordo com a ANP, porém, no ofício da Funai constam “os estudos e reivindicações em andamento, para definição e demarcação de terras indígenas”.

Em nota, a agência reguladora afirma que “ainda aguarda manifestação da própria Funai quanto às coordenadas das áreas, para, se for o caso, indicar a necessidade de se redefinir os limites das áreas a serem ofertadas”.

Não há prazo para que a Funai volte a se manifestar, mas pessoas familiarizadas com o tema afirmam que há desconforto no setor privado pela demora do órgão em dar uma resposta clara sobre o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Navio contratado pela Vale pode naufragar no MA

Rio de Janeiro - Um navio contratado pela Vale corre risco de naufrágio no litoral do Maranhão. A tripulação foi evacuada, e as autoridades trabalham para evitar impacto ambiental, já que a embarcação está carregada não só de minério mas de combustível.

O navio foi carregado no terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, e seguia para a China, quando a tripulação detectou a entrada de água em compartimentos de carga, por volta das 21h30 de segunda (24), depois que o casco da embarcação tocou o fundo do mar.

Para reduzir o risco de naufrágio, o comandante encalhou a embarcação em um banco de areia a cerca de cem quilômetros da costa. O Ibama (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) diz que embarcações e helicópteros foram enviados ao local.

O órgão ambiental informou que, em sobrevoo na região, não foi observada a presença de poluentes no mar.

O navio, chamado MV Stellar Banner, é da sul-coreana Polaris Shipping. A empresa disse que os porões de carga estão intactos e a situação está sob controle.

Os 20 tripulantes deixaram a embarcação e, segundo a Marinha, estão em segurança em rebocadores na região do acidente.

Um rebocador com material para conter possíveis danos ambientais foi enviado pela Vale, disse o comando do 4º Distrito Naval. O Stellar Banner foi construído em 2016 e tem capacidade de 300 mil toneladas de porte bruto (incluindo seu próprio peso).

A Vale disse em nota que, enquanto operadora portuária, vem prestando suporte técnico-operacional e colaborando com as autoridades marítimas. A Marinha afirma que se reuniu com representantes da empresa Ardent Global, contratada pela olaris, e solicitou a apresentação de um plano de salvação do navio.

A empresa disse que o navio passará por inspeções completas e uma empresa de resgate foi contratada para a contingência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/02/2020

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Navio contratado pela Vale pode afundar no Maranhão

Embarcação tem capacidade de transportar 300 mil toneladas de minério de ferro. Marinha identifica dois vazamentos e abre inquérito

Um navio contratado pela Vale está à deriva no litoral do Maranhão desde a noite da última segunda-feira. A embarcação, operada pela empresa sul-coreana Polaris, sofreu avaria na proa após deixar o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, na capital do Maranhão. O problema ocorreu fora do canal de acesso ao porto, a cem quilômetros do litoral. O navio, chamado de MV Stellar Banner, transportava minério de ferro para a Vale e saiu do porto privado da mineradora. O destino da embarcação era a China, principal comprador da commodity. O navio é um minereiro do tipo Valemax, chamado de supernavio. A embarcação contratada pela Vale tem capacidade para transportar até 300 mil toneladas de carga, segundo o site da Polaris.

Segundo nota da Marinha do Brasil, por intermédio da Capitania dos Portos do Maranhão, foram identificados dois vazamentos na frente da embarcação. Quatro rebocadores se deslocaram em direção ao navio para coletar mais informações. A Marinha instaurou inquérito administrativo para apurar causas e responsabilidades do incidente. Segundo a Marinha, um rebocador com material para conter possíveis danos ambientais foi enviado pela Vale ao local a fim de prevenir futuras possibilidades de vazamento. Segundo fontes, o problema gerou preocupação entre funcionários da Marinha, da Vale e governos do Nordeste.

— A embarcação está à deriva. Há grande medo de que haja algum tipo de impacto ao meio ambiente. Há um esforço para evitar o pior, já que havia uma fissura na proa. Há entrada de água nos compartimentos de carga — disse uma fonte a par das operações. Segundo a fonte, o comandante do navio optou por encalhar o navio num banco de areia. O receio é de que ele afunde. O navio também teria óleo combustível (bunker). Procurada, a Vale confirmou que foi comunicada pelo operador do MV Stellar Banner de que a embarcação sofreu avaria na proa após deixar o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira.

RETIRADA DE TRIPULANTES

A mineradora destacou que, por medida de precaução, os 20 tripulantes foram retirados. “O comandante adotou manobra de encalhe a cerca de cem quilômetros da costa de São Luís”, informou a Vale. O navio, construído em 2016, é de propriedade e operado pela sul-coreana Polaris. A Vale, que é operadora portuária, atua “com suporte técnico-operacional, com o envio de rebocadores, e colaborando com autoridades marítimas”.

MME / ASCOM .